

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.354.057 - RS (2018/0221216-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JOAO CARLOS DE CASTRO SILVA - DF012939
ALISSON DOS SANTOS CAPPELLARI E OUTRO(S) - RS046946
AGRAVADO : LEOPOLDO HERTER
ADVOGADO : PAULO CÉSAR GIRARDI E OUTRO(S) - RS065546

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL S.A. contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial apresentado, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

1. Excesso de execução. Pela leitura da memória de cálculo apresentada pelo autor/impugnado, observa-se que não houve a aplicação dos índices, em maio de 1990, junho de 1990 e fevereiro de 1991, respectivamente, de 45,52%, 8,40% e 20,81%. De outro norte, o réu, em momento algum, demonstrou de que forma o demandante teria inserido aqueles índices no cálculo. Dessa forma, não merece prosperar a alegação de excesso de execução.

2. Liquidação de sentença. Desnecessidade. Não se mostra necessária a realização de liquidação de sentença in casu, pois, com suporte nos comandos contidos no título executivo e nos extratos da conta poupança, é possível efetuar o cálculo do valor da condenação e requerer seu cumprimento.

3. Ilegitimidade ativa e abrangência nacional da sentença proferida na ação civil pública nº 1998.01.1.016798-9. Com o julgamento do Recurso Especial nº 1.391.198/RS, em 13/08/2014, representativo da controvérsia, nos termos do antigo artigo 543-C do CPC/73, restou consolidado o entendimento no sentido de que os poupadores detêm legitimidade ativa para ajuizar o cumprimento de sentença proferida na ação civil pública nº 1998.01.1.016798-9, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do IDEC, aplicável por força da coisa julgada, indistintamente, a todos os detentores de conta poupança, domiciliados ou não no Distrito Federal.

4. Ferramenta de cálculo disponibilizada pelo TJRS. Verifica-se que a parte agravante contesta a idoneidade do cálculo, por ter sido confeccionado mediante a utilização da ferramenta de cálculo

disponibilizada pelo Tribunal de Justiça. Tratou-se de uma impugnação genérica e convém esclarecer que a tabela fornecida por esta Corte foi desenvolvida por técnicos do Poder Judiciário – os quais são especialistas no tema –, que a atualizam periodicamente. Daí porque a ferramenta em questão é dotada de plena confiabilidade, na esteira de precedentes desta Corte.

5. Alegação de ausência de conversão da moeda.

Ao exame das razões da impugnação oposta pelo agravante, constata-se que não houve insurgência contra o cálculo no que respeita à suposta ausência de conversão da moeda.

Trata-se de verdadeira inovação recursal, porquanto a questão sequer foi submetida à análise do juízo de primeira instância. Dessa forma, não se conhece do recurso no que tange a esse aspecto.

CONHECERAM, EM PARTE, DO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELO RÉU E, NESSA EXTENSÃO, NEGARAM-LHE PROVIMENTO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 306-309).

Em suas razões recursais, a parte recorrente alega violação dos seguintes dispositivos legais: *a)* arts. 1.022, I e II, e 1.025 do CPC/2015, ante a negativa de prestação de jurisdicional em examinar a legislação apontada para o fim de prequestionamento; e *b)* art. 509 do CPC/2015, defendendo a necessidade de liquidação da sentença coletiva previamente à sua execução, a fim de ser demonstrado o crédito, notadamente pela complexidade do cálculo e abrangência de várias cadernetas de poupança. Aduz a sua ilegitimidade passiva e a ocorrência de prescrição da pretensão.

Contrarrazões não apresentadas (e-STJ, fls. 373-376).

É o relatório. Decido.

Inicialmente, afasta-se a alegação de **negativa de prestação jurisdicional**, porque o Tribunal de origem enfrentou a matéria debatida, apenas decidindo em sentido contrário à pretensão da parte recorrente, cujo descontentamento não é apto a provocar novo julgamento (v.g. EDcl no AgInt no REsp 1737181/PR, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, **TERCEIRA TURMA**, julgado em 25/02/2019, DJe 13/03/2019; EDcl no AgRg no AREsp 539.673/PR, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, **QUARTA TURMA**, julgado em 06/02/2018, DJe 23/02/2018).

Quanto à necessidade de **prévia liquidação da sentença coletiva**, assiste

razão à parte recorrente.

Segundo a orientação jurisprudencial do STJ, é necessária a prévia liquidação de sentença proferida em ação coletiva para apuração do *an debeatur* e do *quantum debeatur*, sob pena, inclusive, de indeferimento liminar do pedido de execução do título executivo judicial.

Nesse sentido:

DIREITO PROCESSUAL. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ART. 543-C, CPC). DIREITOS METAINDIVIDUAIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO X BANESTADO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. ALCANCE SUBJETIVO DA SENTENÇA COLETIVA. LIMITAÇÃO AOS ASSOCIADOS. INVIABILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA. MULTA PREVISTA NO ART. 475-J, CPC. NÃO INCIDÊNCIA.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: 1.1. A sentença genérica proferida na ação civil coletiva ajuizada pela Apadeco, que condenou o Banestado ao pagamento dos chamados expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, dispôs que seus efeitos alcançariam todos os poupadores da instituição financeira do Estado do Paraná. Por isso descabe a alteração do seu alcance em sede de liquidação/execução individual, sob pena de vulneração da coisa julgada. Assim, não se aplica ao caso a limitação contida no art. 2º-A, caput, da Lei n. 9.494/97.

1.2. A sentença genérica prolatada no âmbito da ação civil coletiva, por si, não confere ao vencido o atributo de devedor de "quantia certa ou já fixada em liquidação" (art. 475-J do CPC), porquanto, "em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica", apenas "fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados" (art. 95 do CDC). A condenação, pois, não se reveste de liquidez necessária ao cumprimento espontâneo do comando sentencial, não sendo aplicável a reprimenda prevista no art. 475-J do CPC.

2. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1.247.150/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 12/12/2011)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL COLETIVA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ILÍQUIDA. FASE DE LIQUIDAÇÃO. NECESSIDADE. TEMAS 481 E 482 DO STJ.

1. A sentença genérica prolatada no âmbito da ação civil coletiva, por si, não confere ao vencido o atributo de devedor de

"quantia certa ou já fixada em liquidação" (art. 475-J do CPC), porquanto, "em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica", apenas "fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados" (art. 95 do CDC). A condenação, pois, não se reveste de liquidez necessária ao cumprimento espontâneo do comando sentencial, não sendo aplicável a reprimenda prevista no art. 475-J do CPC (REsp 1247150/PR, Corte Especial, DJe 12/12/2011.)

2. Hipótese que se subsume à matéria julgada sob o rito dos recursos repetitivos.

3. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1121948/SP, Rel. **Ministra NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. NECESSIDADE. REGULARIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO. POSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Há necessidade de prévia liquidação de sentença proferida na ação coletiva para apuração do an debeatur e do quantum debeatur, sob pena, inclusive, de indeferimento liminar do pedido de execução do título executivo judicial. Entendimento firmado no REsp n. 1.247.150/PR (art. 534-C do CPC/1973). É possível que instâncias ordinárias regularizem o vício formal, notadamente quando ausente qualquer prejuízo para a instituição financeira devedora.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 991.977/MS, Relator **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 03/02/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IDEC. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SENTENÇA. PRÉVIA LIQUIDAÇÃO. NECESSIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. De acordo com o entendimento desta Corte, é necessária a liquidação da sentença genérica proferida em ação civil pública para a definição da titularidade do crédito e do valor devido. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1593751/DF, Relator **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 16/08/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - EXECUÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA INTENTADA PELO IDEC CONTRA O BANCO DO BRASIL S/A - INEXISTÊNCIA DE PRÉVIA LIQUIDAÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DOS EXEQUENTES.

(...)

2. Esta Corte Superior tem entendimento assente no sentido de que inviável a instauração direta da execução individual/cumprimento de sentença, sem prévia prova quanto à existência e extensão do crédito vindicado pelo consumidor, pois a sentença genérica proferida na ação civil coletiva ajuizada pelo IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor, que condenou o Banco do Brasil S/A ao pagamento dos expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, por si, não confere ao vencido a posição de devedor de quantia líquida e certa, haja vista que a procedência do pedido determinou tão somente a responsabilização do réu pelos danos causados aos poupadores, motivo pelo qual a condenação não se reveste da liquidez necessária ao cumprimento espontâneo do comando sentencial, sendo necessário ao interessado provar sua condição de poupador e, assim, apurar o montante a menor que lhe foi depositado. Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 536.859/SP, Relator **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/09/2014, DJe 24/09/2014)

No caso dos autos, o Tribunal de origem considerou desnecessária a prévia liquidação da sentença, com fundamento na possibilidade de apuração do débito mediante simples cálculos, com base no dispositivo do título executivo e nos extratos da conta poupança (e-STJ, fl. 280):

2. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

Não se mostra necessária a realização de liquidação de sentença in casu, pois, com suporte nos comandos contidos no título executivo e nos extratos da conta poupança, é possível efetuar o cálculo do valor da condenação e requerer seu cumprimento.

Desse modo, constatada a divergência entre o acórdão recorrido e a

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudência do STJ, nos termos já declinados, é impositivo o provimento do recurso especial no tópico.

Diante do exposto, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial, a fim de determinar a realização de liquidação da sentença coletiva exequenda previamente à sua efetiva execução.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator